

ADRIANA PERALTA BARBOZA VIEIRA

MARX E A EDUCAÇÃO

**CURITIBA
2015**

ADRIANA PERALTA BARBOZA VIEIRA

MARX E A EDUCAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Práticas Educativas, do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof^o. Dr. Ronei Clécio Mocellin

CURITIBA

2015

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, primeiramente, o processo educacional segundo a visão crítico-reflexiva de Marx. Contudo, dada a abrangência do tema, nos restringiremos à análise e à descrição das relações entre educação, trabalho e alienação, com vistas a revisitar a importância da discussão, do debate, do conhecimento e compreensão das contribuições de Marx para o desenvolvimento e transformação crítica dos estudantes do ensino médio.

Palavras-chave: Marx, crítica, pensamento crítico, ensino médio

ABSTRACT

This study aims, in first place, the educational process of the critical-reflexive view of Marx. However, given the scope of the theme, we will restrict to the analysis and description of the relationships between education, work and alienation, intending to revisit the importance of discussion, debate, knowledge and understanding of the contributions of Marx to the development and critical transformation of high school students.

Key-words: Marx, critic, critical thinking, high school

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO.....	7
2. TRABALHO E ALIENAÇÃO EM MARX.....	11
2.1 CONCEITO DE TRABALHO.....	13
2.2 CONCEITO DE ALIENAÇÃO.....	16
3. ESCOLA E SOCIEDADE.....	17
4. COMNSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

Marx não apresentou uma teoria pedagógica propriamente dita, porém a relação marxista com a educação nasceu no século XIX, naturalmente a partir dos escritos do filósofo alemão. No *Manifesto do partido comunista* (1848), reivindicava-se a escolarização gratuita do proletariado, uma educação que deveria ser construída a partir de princípios socialista, opondo-se tanto à educação burguesa liberal quanto ao ensino religioso. Um segundo momento em que Marx se manifesta sobre a educação é no texto “Instruções”, no qual aponta a importância do ensino intelectual e tecnológico, que deve basear-se em fundamentos científicos gerais que permitam à criança e ao adolescente a capacidade de manejar instrumentos de todos os ofícios. (Manacorda, 2010, p.48)

A educação, do ponto de vista político, nada mais é do que uma forma de perpetuação e de reprodução de um sistema, ao invés de ser um instrumento de emancipação humana. Se este for o objetivo, pensamos ser fundamental restabelecer os vínculos – tão esquecidos – entre educação e trabalho, pois, como afirmou Mészáros: “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (Mészáros, 2008, p.17).

Para Marx, a educação deve estar integrada ao trabalho produtivo, nesta perspectiva tem a função de reintegrar o trabalho intelectual ao trabalho manual (concepção e execução), a intenção é que o trabalhador tenha uma compreensão integral do processo produtivo e não esteja alienado do mesmo. Com o trabalho produtivo, a educação deveria possibilitar o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, em seus aspectos filosófico, científico, literário, intelectual, moral, físico, industrial e cívico. (LOMBARDI, 2008, p 11).

Embora Marx não tenha proposto uma “pedagogia” propriamente dita, suas ideias pedagógicas diferem das demais, assumindo de maneira mais radical a interação entre trabalho intelectual e trabalho prático, expresso na

máxima “metade escola e metade trabalho”. Marx, neste sentido, pregava uma pedagogia em que houvesse um tempo integral juntando a teoria à prática, de forma que os indivíduos trabalhassem com a teoria um horário e o aplicassem à prática em outro horário, porém ele jamais ditou uma esta pedagogia aplicada atualmente, ele não se referiu a essas escolas técnicas atuantes hoje.

De Marx a Freire houve uma ruptura com a “pedagogia tecnicista” e a necessidade de materializar os avanços das concepções pedagógicas progressistas. O diálogo entre professor e aluno, na concepção freiriana, nada tem de subjetividade, e a tomada de consciência se insere em um processo objetivo histórico de emancipação cultural. É por esta razão que Paulo Freire tanto fala na realidade dos educandos. Para ele, não há possibilidade do conhecimento novo se efetivar a não ser quando se parte da realidade dos educandos: “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação” (Freire, 1987, p. 64).

Vygotsky, por sua vez, procurou desvendar a base social dos processos educativos superiores, ou seja, o pensamento lógico. Sua visão de desenvolvimento baseia-se na concepção de um organismo ativo construído num ambiente histórico e essencialmente social, cujas raízes se encontram no desenvolvimento histórico e social do homem. Vygotsky não atribuiu às mudanças qualitativas dos processos superiores à maturação; ele tenta entender como as condições sociais e as interações humanas afetam o desenvolvimento do pensamento.

Nas ideias de Vygotsky percebe-se a influência do materialismo histórico dialético, pois compreende o indivíduo vinculado ao seu contexto histórico e social, construindo dialeticamente na interação com o seu meio. Assim como Marx, Vygotsky acreditava que o indivíduo não podia ser separado do conhecimento do universo, ou seja, o sujeito resulta de uma interação dialética com a sociedade.

O presente trabalho tem por objetivo, primeiramente, o processo educacional segundo a visão crítico-reflexiva de Marx. Contudo, dada a abrangência do tema, nos restringiremos à análise e à descrição das relações entre educação, trabalho e alienação.

Assim, o segundo objetivo será o de sugerir uma investigação em ambientes contextuais concretos sobre a prática pedagógica fundamentada em uma pedagogia que desenvolva o indivíduo integralmente, nos aspectos econômico, político e social. Revisitando a importância da discussão, do debate, do conhecimento e compreensão das contribuições de Marx para o desenvolvimento e transformação crítica dos estudantes do ensino médio.

1. Educação e emancipação

O ponto de partida da história, para Marx, é a existência de seres humanos reais que vivem em sociedade e estabelecem relações. Para ele, a essência do homem é o conjunto das relações sociais. Assim, a corporeidade natural é uma condição necessária, mas não suficiente. A humanização do ser biológico e específico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade.

A educação, na sociedade capitalista, é, segundo Marx, um elemento de manutenção da hierarquia social; ou o que Gramsci denominou como instrumento da hegemonia ideológica burguesa. A igualdade política é algo meramente formal e não passa de uma ilusão visto que a desigualdade social é concreta e inequívoca. Atualmente, a situação não parece ser muito diferente daquela vivida e descrita por eles. Assim, o ensino aparece como instrumento para o conhecimento e também para a transformação da sociedade e do mundo. Este é o potencial e o caráter revolucionário da educação.

O proletariado, classe que produzia todos os bens econômicos para a sociedade, sendo explorada, sem receber o capital compatível com o resultado do seu trabalho, por si só, não conquista sua consciência de classe, sua consciência política, justamente pelo fato de ter sido privado desde o início dos meios que lhe permitiriam consegui-lo. Por isso, há a necessidade de um

processo educativo pautado em um projeto político e pedagógico definido e voltado aos interesses da grande maioria excluída. Aí é que surge o papel estratégico da escola, dos educadores e intelectuais, os quais, em nosso entender, são decisivos para a construção da consciência de classe do trabalhador.

Conforme Pires, na sociedade dividida em classes, a educação é utilizada para formar o “[...] homem limitado e cerceado em suas possibilidades de enriquecimento: para o fortalecimento do homem unilateral” Afirma ainda que, tal direcionamento perpassa a escola, pois “[...] Tanto na escola como na vida, a educação burguesa é um instrumento de dominação de classe, tendo seu poder localizado, sobretudo na capacidade de reprodução [...] adequadas à reprodução dos interesses e do poder burguês” (PIRES, 2003, p. 47).

Quando se fala em educação nos dias atuais, é importante refletir sobre como a educação pública se efetiva hoje, principalmente quando se tem como único instrumento, em meio das relações do capitalismo, a formação para o trabalho.

A educação se expandiu e independente de classe social, todos têm acesso à educação, porém o ensino direcionado à classe dominante, a burguesia, e à classe trabalhadora continua sendo profundamente diferentes. Essa diferenciação é claramente perceptível dentro das escolas, particularmente na grande maioria das escolas públicas onde se encontra os filhos da classe trabalhadora sendo preparados para um mercado de trabalho que demanda baixa qualificação:

A escola, daquela estrutura reservada aos jovens das classes privilegiadas, converteu-se, cada vez mais, numa escola aberta também aos jovens das classes subalternas. A velha aprendizagem artesanal desapareceu e o vazio por ela deixado foi ocupado pelo ensino elementar e técnico-profissional e pelo novo aprendizado do trabalho representado pelas escolas de fábrica. Mas a antiga discriminação de classe continua a manifestar-se, mais ou menos acentuada nos vários países, com duas linhas de

fratura: uma, “horizontal”, entre os que deixam precocemente as estruturas escolares para ingressar nas estruturas do trabalho, e os que naquelas permanecem ulteriormente para adquirir a ciência; a outra, “vertical”, entre os que estudam na escola desinteressada da cultura, e os que estudam na escola profissional da técnica. A tendência atual é do deslocamento para cima da divisão “horizontal”: dos três anos de escolaridade obrigatória de um século atrás passou-se aos oito anos de hoje [...] (MANACORDA, 1991, p. 128 -129).

Acredita-se que é extremamente pertinente a concepção educativa de Marx, visto que sua proposta recupera o sentido do trabalho enquanto atividade vital em que o homem humaniza-se sempre mais ao invés de alienar-se e a educação é concebida, não como instrumento de dominação e manutenção do *status quo* mas, como processo de transformação desta situação.

Na sociedade capitalista contemporânea a educação reproduz o sistema dominante, tanto ideologicamente quanto nos níveis técnico e produtivo. Na concepção marxista, a educação assume um caráter dinâmico, transformador, tendo sempre o ser humano e sua dignidade como ponto de referência.

A unilateralidade burguesa se revela de diversas formas: de início a partir da própria separação em classes sociais antagônicas, base segundo a qual se desenvolvem modos diferentes de apropriação e explicação do real; revela-se ainda por meio do desenvolvimento dos indivíduos em direções específicas; pela especialização da formação; pelo quase exclusivo desenvolvimento no plano intelectual ou no plano manual; pela internalização de valores burgueses relacionados à competitividade, ao individualismo, egoísmo, etc. Mas, acima de tudo, a unilateralidade burguesa se revela nas mais diversas formas de limitação decorrentes do submetimento do conjunto da sociedade à dinâmica do sociometabolismo do capital.

No Brasil, o sistema educativo vem confirmando o que se diz sobre reprodução, exclusão e dominação. Projetos político-pedagógicos até existem

e são propostos, mas são postos em andamento aqueles que legitimam o sistema e não representam para ele uma ameaça. A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não contribuíram nesse campo seguindo ideias próprias, em conformidade com as condições reais consolidadas nas diferentes formações sociais.

Para Mézaros, ao pensar em educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia restabelecer os vínculos entre educação e trabalho, como que afirmando: diga-me onde está o trabalho que eu direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, o sistema educacional, mais ainda quando público, além de servir para as lutas contra a alienação ajuda a decifrar os enigmas do mundo.

Os ideais da escola pública universal gratuita e laica, não são novos. Suas raízes estão no século XVIII, por ocasião da ascensão da burguesia, enquanto classe revolucionária, que naquele momento, lutava contra o mundo feudal. O discurso liberal, produzido historicamente, tornou-se o princípio norteador da nova organização social. Com a Revolução Francesa e a tomada do poder político pela burguesia, urgia construir um sistema de ensino, voltado para formar os novos homens, ou seja, os futuros cidadãos. A escola burguesa, estruturada dentro dos princípios de liberdade, igualdade, em defesa da propriedade e da democracia, foi resultado do modo de produção capitalista, que, nesse momento histórico, estavam sendo colocados a todos.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2002, p. 111).

Na prática, a burguesia reduziu a educação a um valor econômico, visando exclusivamente à formação da força de trabalho, recortando o homem

em sua humanidade, ao reduzi-lo a uma mercadoria e instrumento de trabalho. Os investimentos na educação quando este acontece visa um retorno imediato, fazendo da educação e do conhecimento transmitido em capital a ser investido.

Conforme Mészáros, a educação na sociedade capitalista há muito deixou de ter a característica de libertação e emancipação humana, mas é uma mercadoria que está a serviço do capital. Conforme esse autor, a educação formal tem a finalidade de produzir o conformismo e a aceitação dos indivíduos a sua condição de classe, ou ocupação na esfera produtiva da sociedade. A educação formal é para esse autor uma forma de produção de homens (mão de obra) e de conhecimento para a máquina produtiva, além de produzir a internalização dos valores burgueses mercadológicos e conformistas (Mészáros, 2006, p.113).

2. TRABALHO E ALIENAÇÃO EM MARX

No século XVIII, a Europa passa por uma mudança significativa no que se refere ao sistema de produção. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, fortalece o sistema capitalista e solidifica suas raízes na Europa e em outras regiões do mundo. A Revolução Industrial modificou o sistema de produção, pois colocou a máquina para fazer o trabalho que antes era realizado pelos artesãos. O dono da fábrica conseguiu, desta forma, aumentar sua margem de lucro, pois a produção acontecia com mais rapidez. Se por um lado esta mudança trouxe benefícios (queda no preço das mercadorias), por outro a população perdeu muito. O desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho, jornada de trabalho extenuante, poluição do ar e rios e acidentes nas máquinas foram problemas enfrentados pelos trabalhadores deste período.

O lucro ficava com o dono da fábrica que pagava um salário baixo pela mão-de-obra dos trabalhadores. As indústrias, utilizando máquinas a vapor, espalharam-se rapidamente pelos quatro cantos da Europa. O capitalismo ganhava um novo formato.

Muitos países europeus, no século XIX, começaram a incluir a Ásia e a África dentro deste sistema. Estes dois continentes foram explorados pelos europeus, dentro de um contexto conhecido como neocolonialismo. As populações destes continentes foram dominadas a força e tiveram suas matérias-primas e riquezas exploradas pelos europeus. Eram também forçados a trabalharem em jazidas de minérios e a consumirem os produtos industrializados das fábricas europeias.

As relações de produção capitalistas emergiram ainda no seio da sociedade feudal, simplesmente absorvendo as técnicas produtivas herdadas dos pequenos produtores independentes (artesãos e camponeses). A expansão das relações de produção capitalistas iria exigir, no plano político, a derrocada do poder feudal, o que foi alcançado pelas revoluções burguesas e, no plano das forças produtivas, a implantação da base material e técnicas próprias do capitalismo, que foi o resultado imediato da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII e, depois, propagada a todos os países economicamente adiantados da época até o primeiro terço do século XIX. Inaugura-se uma época histórica em que a antiga sociedade feudal passa por uma profunda crise econômica, política e ideológica. Nesse contexto é que se formam e se afirmam os Estados nacionais. Os descobrimentos geográficos, o processo de colonização e os mercados orientais, possibilitam às burguesias emergentes novas possibilidades e um campo mais extenso para suas atividades.

O período que se estende desde as revoluções europeias de 1848 e 1849 até a Comuna de Paris, em 1871, é um período de acentuado crescimento da indústria e do comércio dos países mais adiantados economicamente.

A exploração das regiões coloniais e dependentes proporcionava à Inglaterra, França e outros países enormes lucros e outras vantagens. A expansão do capitalismo implicou também um aprofundamento da desigualdade social e dos antagonismos de classe nas metrópoles. As sucessivas crises econômicas penalizavam os trabalhadores. Em

contrapartida, aumentava a o nível de organização do movimento operário, surgem e crescem as associações operárias de massas e se intensificam os vínculos do proletariado em âmbito internacional. (OHLWEILER, 1987, pg. 21-118)

No início de 1848, o eminente pensador político francês Alexis de Tocqueville ergueu-se na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: “Estamos dormindo sobre um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte”. Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx, com 30 anos, e Friedrich Engels, com 28, divulgavam os princípios da revolução proletária contra a qual Tocqueville alertava seus colegas, no programa que ambos tinham traçado algumas semanas antes para a Liga Comunista Alemã e que fora publicado anonimamente em Londres, em 24 de fevereiro de 1848, sob o título (alemão) de Manifesto do Partido Comunista. (HOBSBAWN, 2012, pg. 31-32)

“A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo... resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa... Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado”. (MARX, ENGELS, 2000, pg. 9-10)

2.1 Conceito de trabalho

Nos últimos sessenta anos, o marxismo tem testemunhado um vasto debate entre os seus teóricos acerca da categoria trabalho, da sua centralidade e importância na filosofia de Marx como categoria ontológica fundamental da existência humana. Para alguns desses teóricos, o trabalho possui um grande valor no conjunto dos escritos de Marx, por ser a atividade afirmadora da vida,

que forma a existência dos indivíduos e dá-lhe um caráter social. É no trabalho que se manifesta a superioridade humana ante os demais seres vivos. Ele seria a realização do próprio homem, a fonte de toda riqueza e bem material.

Existe, no pensamento de Marx, uma dialeticidade entre o elemento criador do trabalho e o seu aspecto estranhado, este expresso nas relações modernas de produção. O trabalho possui um momento universal, antropológico, o momento da objetivação e auto-criação humana e um momento particular, histórico, o trabalho assalariado, produtor de mercadorias, a atividade capitalista. Essa dialeticidade do trabalho, no sistema da propriedade privada, é fundamental para compreendermos o modo como Marx trata as questões fundamentais de sua filosofia, como a emancipação, a política, o homem, entre outras. A história humana objetiva-se mediante o ato de produção de sua existência material, que se realiza pelo trabalho.

No entanto, embora sendo o ponto de partida do processo de humanização, o trabalho, na sociedade burguesa, é aviltado, torna-se uma mera atividade de subsistência, de satisfação de carências imediatas. Constitui-se, assim, a dialética entre a fortuna e a miséria do homem. Nessa contradição manifesta-se o princípio emancipatório de Marx. Nas condições degradadas do trabalho capitalista permanece o elemento universal, criativo, dos homens.

A dupla determinação do trabalho é exposta por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. Neste escrito, Marx apresenta o trabalho, por um lado, como auto-gênese humana, mediante relação recíproca com a natureza, que faz do homem não apenas um ser natural, objetivo, mas um ser natural humano, um ser para si próprio, um ser universal, genérico. Desse modo, afirma-se que o trabalho distingue o homem do animal. Marx também apresenta o trabalho como elemento de subordinação ao capital, como trabalho de sacrifício e mortificação do homem, cuja expressão máxima se revela na perda dos objetos trabalhados e no próprio ato da produção, no qual o homem se sente fora de si, subtraído. Os objetos produzidos no capitalismo, as mercadorias, não perdem seu valor de uso. O trabalho, mesmo determinado pela propriedade privada, produz riqueza útil.

Para Marx, o trabalho é uma dimensão insubstituível na vida humana, pois, por meio dele, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade. É por meio dessa atividade, a qual Marx define como vital, que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa em objetos suas inquietações, ideias e sentimentos, resultando daí os bens materiais necessários à existência, bem como toda a riqueza social., que é “o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho.” (MARX, 2004, p. 80).

Para Marx, a atividade vital consciente é uma característica da espécie humana. É essa capacidade que diferencia a atividade produtiva humana da mera atividade animal. Enquanto este produz sob o domínio da carência física, o homem produz universalmente, embora seja com base na sua condição objetiva que produza. Por isso, Marx afirma:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. (MARX, 2004, p. 85).

Marx vai além da análise antropológica do trabalho e o analisa na sua condição particular, negativa, isto é, o trabalho determinado pelas contradições da propriedade privada. No modo de produção burguês, o trabalho perde a sua condição fundamental de ser atividade vital humana e torna-se uma atividade estranhada que conduz o homem à perda de sua essência ao objetivar-se nos produtos do trabalho. No manuscrito intitulado Trabalho Estranhado (Die entfremdete Arbeit), o qual compõe o conjunto dos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx examina as condições do trabalho humano no âmbito do sistema capitalista de produção, expondo sua teoria do estranhamento. Ele inicia tal escrito com uma crítica à economia política clássica, valendo-se dos

próprios pressupostos dessa economia (propriedade privada, a separação entre o trabalho, o capital e a terra, bem como a separação entre o salário, o lucro do capital e a renda da terra, a divisão do trabalho, entre outros). Para Marx, os economistas têm como base esses pressupostos sem se preocuparem em explicá-los. Eles partem de uma condição primordial fictícia, tomando uma forma particular de produção e de relações sociais como naturais e eternas. (MARX, 2004, p. 79).

Assim, a economia política mascara o estranhamento humano na essência do trabalho, pois não considera a relação fundamental entre o trabalho e a produção. Ao contrário dos economistas, Marx conclui que, no modo capitalista de produção, o trabalhador torna-se uma mercadoria miserável e que essa miséria aumenta na mesma proporção da grandeza de sua produção. Esse é o aspecto negativo do trabalho observado por Marx na sociedade moderna e ele consegue desvendar tal fato porque concebe “a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência etc., de todo esse estranhamento com o sistema do dinheiro.” (MARX, 2004, p. 80).

2.2 Conceito de alienação

A alienação humana está no fato de haver no processo de produção uma relação que impede e constrange a realização do trabalho como “objetivação”, ou seja, como realização da natureza humana (MARX, 2004, p.80). Segundo Marx, a alienação surge com a divisão social do trabalho e com esta divisão surge a separação entre os que controlam e os que executam o trabalho. Nesta relação se instaura a alienação. O trabalhador precisa atender suas necessidades mais imediatas e, se não o fizer porá em risco sua própria vida. Ao fazer de sua capacidade de trabalho um meio para atingir determinados fins, a sua atividade deixa de ser uma atividade livre e torna-se trabalho alienado. Por conseguinte, o trabalhador confronta-se com o produto de seu trabalho como algo “estranho e hostil”, sintoma de que seu trabalho é trabalho alienado.

Essa alienação se dá no próprio processo de trabalho. A consequência disto é que o produto do trabalho confronta-se com quem o criou: o trabalhador. Este processo se concretiza na medida em que o trabalhador se separa do produto do seu trabalho e o dono dos meios de produção se apropria dele. Ao se apropriar do trabalho do trabalhador, o capitalista (dono dos meios de produção) criará as condições necessárias para a efetivação da propriedade privada. Marx, ao analisar a economia política, observava que esta tomava a propriedade como a responsável pela acumulação. Ao contrário, o que Marx quer nos fazer ver é que é no próprio processo de trabalho que se cria as condições para tal acumulação. Sendo, pois, a propriedade privada uma mera consequência do processo de trabalho. É então na esfera da produção que o trabalho alienado se efetiva, tornando possível a apropriação, por parte do capitalista, do produto do trabalho. É justamente neste processo que se forma a alienação. Ela se generaliza, passando da esfera da produção para todas as demais esferas da sociedade. A alienação contamina assim todas as outras relações sociais. Marx aponta como única saída a emancipação dos trabalhadores deste processo que gera o trabalho alienado. Só o trabalhador libertando-se, libertará toda a humanidade de sua alienação. Quando a alienação não fizer mais parte do processo de trabalho, a humanidade estará livre dela e poderá, então, se reconhecer como ente-espécie.

3. Escola e sociedade

Os conceitos de alienação e trabalho relacionados ao dia-a-dia escolar se apresentam tão distante da teoria, é a pedagogia das competências e estruturas de formação flexíveis, que preparam o indivíduo não mais para o emprego, mas para a empregabilidade. E, por isso, mantém o caráter burguês e o objetivo de fazer a educação adaptar os indivíduos à sociedade capitalista, reproduzindo-a.

A visão que se tem quando se depara com práticas pedagógicas, nos dias atuais, tradicionais e profissionais da educação que se encontram alienados ao processo de uma pedagogia libertadora é que a escola precisa ser urgentemente reformulada tanto em conceitos quanto em práticas. Ela

precisa deixar de ser ideologicamente elitista para se tornar uma escola libertadora e transformadora.

O aluno continua sendo o sujeito que apenas recebe conhecimento, conteúdo, no entanto não tem a liberdade para desenvolver seu senso crítico, de modo que a escola tradicional continua criando futuros cidadãos alienados.

Comprova-se isso através das escolas encontrarem-se ainda com carteiras em fileiras, currículo pré-estabelecido pela mantenedora, aonde já vem conteúdos, objetivos e até mesmo sugestões de atividades pré-estabelecidas.

Ao mesmo tempo observa-se que sem um processo educativo intencional, no qual proporciona a alienação dos profissionais da educação quanto a uma prática pedagógica construtiva, a comunidade escolar, os sujeitos em desenvolvimento também ficam alienados do movimento de transformação, onde o desafio seria construir uma escola, de modo que deixasse de ser um espaço das elites e passasse a ser um lugar de formação do indivíduo, qualquer indivíduo, preparando-o para uma atuação social mais ativa e crítica.

Relacionando a escola com o trabalho, e a escola dos trabalhadores vista como um sujeito social da revolução, e com demandas de educação próprias deste desafio histórico. A escola atual será que consegue atingir a educação para esses indivíduos integralmente? Pois nota-se que esta escola que prevalece desde a tradicional não está conseguindo interligar os diversos aspectos de vida das pessoas, da realidade na qual estão inseridos.

Quando se relaciona trabalho à educação é desenvolver desde o princípio da vida acadêmica do indivíduo atividades significativas da realidade dele, ao mesmo tempo em que irão aprendendo habilidades, comportamentos e posturas necessárias ao seu desenvolvimento humano e à sua inserção social, é o envolvimento dos estudantes de maior idade em atividades produtivas da sociedade em geral, e, também a preocupação com a apropriação da ciência do trabalho e de sua organização, para o

reconhecimento e participação ativa das crianças e jovens na construção de uma sociedade *socialista*.

Nesse contexto, educacional atual sem a aplicação de uma *pedagogia revolucionária*, não poderá haver uma prática pedagógica, onde deve ser tirado do papel todos os conceitos de que desenvolvem no estudante suas competências e habilidades.

É necessária uma prática, de forma em que realmente o estudante tenha a capacidade de aprender fazendo e o professor passe a ser o agente orientador da transformação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento industrial, acelerou-se, segundo Marx, a divisão da sociedade em duas classes principais: a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, cuja força de trabalho é a única propriedade.

Conforme Mézáros a educação na sociedade capitalista há muito deixou de ter a característica de libertação e emancipação humana, mas é uma mercadoria que está a serviço do capital. Conforme esse autor, a educação formal tem a finalidade de produzir o conformismo e a aceitação dos indivíduos a sua condição de classe, ou ocupação na esfera produtiva da sociedade (Mézáros, 2006, p.44).

Enfim, na perspectiva marxiana e marxista, a educação é um instrumento mobilizador para o exercício da plena cidadania. É preciso superar uma sociedade voltada à produção aos bens de consumo, que despreza a natureza humana e histórica. O ser humano precisa ser respeitado em sua totalidade, em suas potencialidades, modo de expressão e de pensar, ter o direito a uma educação igualitária baseada em princípios de emancipação individual e social, de modo a exercer plenamente sua cidadania.

Observa-se que existem escolas para as diferentes classes, uma que abrange a classe média, ou seja, onde na grande maioria é uma escola paga, e outro tipo de escola que abrange a educação da classe trabalhadora, o proletário, que é a escola pública.

Porém considerar que a educação é um processo, quer dizer que ele acontece em movimento dialético, que envolve tempos, transformações, contradições, que é historicidade a ser compreendida e trabalhada. Nesse contexto é importante refletir sobre qual é o papel do professor, o qual deve ter claro a condução do processo pedagógico, assumindo como guia o movimento real do processo, buscando uma interpretação adequada dos avanços e retrocessos, de contradições, de conflitos, de movimentos às vezes lentos e progressivos e outras acelerados.

Esse educador deve ter uma postura ousada e pensada, para que nos conflitos do mundo capitalista, comece a produzir movimentos de transformação da realidade, dos educandos, onde cada um tem seu diferencial e traz uma bagagem de experiências do mundo que está inserido.

A metodologia de ensino é um conjunto de atividades que viabilizam o processo educativo. Assim, para que o mesmo seja satisfatório é necessário elaborar atividades sobre o tema proposto para as aulas de Filosofia que considerem métodos e técnicas em correlação direta com o interesse e realidade do estudante de ensino médio.

O ensino da Filosofia no ensino médio deve suscitar no aluno à curiosidade, a vontade de conhecer a Filosofia da maneira que ela seja não apenas como uma disciplina componente do currículo escolar.

Dentro da disciplina de Filosofia a tarefa do professor é levar os alunos a desenvolverem o pensamento crítico, desmascarando a ideologia e mostrando os reais mecanismos de dominação da sociedade para além das aparências.

A abordagem do tema em estudo em turmas de ensino médio deve ter como ponto partida o reconhecimento e exploração dos conceitos alienação e trabalho. Partindo, no primeiro nível uma análise estrutural do conceito trabalho, levando o estudante à compreensão do valor produzido pelo trabalho e sua desapropriação pelo trabalhador, nesse contexto indiretamente trabalha-se também o conceito de alienação, produção desvinculada do trabalhador.

Em segundo nível para reconhecer o conceito de alienação é possível a exploração na posição cultural, ver o processo na produção cultural, a interação entre as pessoas.

Logo explorados os conceitos de alienação e trabalho é possível a apresentação do conceito educação como forma de emancipação, fazer a contextualiza desse conceito e relacionar a realidade atual em que vivemos.

É importante que nas aulas de Filosofia o professor estimule o estudante, desafiando a busca do conhecimento e estabelecendo uma relação com os que já possuem, direcionando o olhar para a prática pedagógica contribuindo para a formação de um cidadão crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**/organizado por Luciano Mendes de Faria Filho. - 2ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital**, ed. Paz e Terra, 2012.

IMBERNÓN, Francisco (org.). **A educação no século XXI**. Os desafios do futuro imediato. Editora Grão, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre, RS: L&PM,2011.

LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular,2011.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Boitempo Editorial, 2004.

_____. Teses contra Feurbach. In: MARX. **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**, ed. Paz e Terra, 2000.

_____. **A Ideologia Alemã**.11. ed. São Paulo: Hucite.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

_____. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo,2008.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Humanidades e Lutas Sociais** (Advento do capitalismo), Tchê Editora Ltda, 1987.